

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – LUIS AUGUSTO SANZO BRODT .....	5
PREFÁCIO – TATIANA BADARÓ .....	9
AGRADECIMENTOS .....	13
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 O caso proposto.....	23
2. <i>WILLFUL BLINDNESS DOCTRINE</i> .....	29
2.1 A imputação subjetiva no <i>common law</i> .....	30
2.2 Condensado histórico da <i>willful blindness doctrine</i> : precedentes mais relevantes .....	37
2.3 <i>Global-Tech Appliances v. SEB</i> .....	41
3. A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO DIREITO ROMANO-GERMÂNICO.....	45
4. O POSICIONAMENTO ADOTADO: O QUE É, AFINAL, CEGUEIRA DELIBERADA? .....	58
5. O CRIME OMISSIVO IMPRÓPRIO E O EMPRESÁRIO	71
5.1 Notas introdutórias quanto ao crime omissivo impróprio.....	72
5.1.1 Crime comissivo x crime omissivo.....	72

5.1.2 Crime omissivo próprio x crime omissivo impróprio.....	79
5.1.3 A posição de garantia penal .....	84
5.1.3.1 Delimitação subjetiva da posição de garantia penal: o garante.....	84
5.1.3.2 Delimitação objetiva da posição de garantia penal: os deveres do garante..	91
5.1.4 O empresário enquanto garante.....	94
5.1.4.1 A fundamentação da posição de garantia no Direito Penal empresarial .....	94
5.1.4.2 O dever de vigilância do empresário e a delegação .....	96
<b>6. IMPUTAÇÃO DOLOSA DO CRIME OMISSIVO</b>	
<b>IMPRÓPRIO .....</b>	<b>103</b>
6.1 Conteúdo do dolo na omissão imprópria.....	103
6.2 O dolo no crime omissivo para o Finalismo.....	107
6.3 A cegueira deliberada do garante .....	112
6.3.1 Excurso: a cegueira deliberada do superior hierárquico no Direito Penal Internacional .....	119
<b>7. O ERRO DE TIPO .....</b>	<b>127</b>
7.1 A teoria unificadora.....	128
7.2 A teoria diferenciadora.....	135
7.3 O posicionamento adotado .....	138
7.4 O erro de tipo no Direito Penal brasileiro .....	147
7.5 Dolo eventual e erro de tipo .....	154
7.6 Erro de tipo x cegueira deliberada.....	159

8. DA FUNDAMENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE IMPUTAÇÃO DOLOSA NA CEGUEIRA DELIBERADA DO GARANTE .....	171
8.1 O princípio da culpabilidade .....	172
8.2 Fundamentação da imputação dolosa na cegueira deliberada: normatização do dolo .....	177
9. RESOLUÇÃO DO CASO PROPOSTO .....	205
9.1 Caso original: cabimento do juízo de reproche doloso na cegueira deliberada .....	206
9.2 Variação 1: não cabimento do juízo de reproche doloso	210
9.3 Variação 2: não cabimento do juízo de reproche doloso – erro de tipo.....	212
9.4 Variação 3: cabimento do juízo de reproche doloso por dúvida.....	213
9.5 Variação 4: não cabimento do juízo de reproche doloso na cegueira deliberada .....	215
10. CONCLUSÃO .....	219
BIBLIOGRAFIA .....	229
POSFÁCIO – HELOISA ESTELLITA e FREDERICO HORTA .....	241